MPV-422

00005

CONGRESSO NACIONAL

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

31/03/2008	proposição Medida Provisória nº 422, de 25 de março de 2008	
Deputado A	autor ntonio Carlos Mendes Thame	nº do prontuário

 1 ☐ Supressiva
 2. ☐ substitutiva
 3. ☐ modificativa
 4. ☒ aditiva
 5. ☐ Substitutivo global

 Página
 Art.
 Parágrafo
 Inciso
 Alínea

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Acrescente-se onde couber, à presente Medida Provisória, o seguinte artigo:

"Art. – Acrescente-se o art. 2º-A, à Lei n.º 10.520, de 17 de julho de 2002, com a seguinte redação:

Art. 2º-A. A licitação na modalidade de pregão não se aplica às contratações de serviços de arquitetura e engenharia."

JUSTIFICAÇÃO

A vedação da contração de serviço de arquitetura e engenharia na modalidade de pregão eletrônico tem como principal objetivo impedir que pessoas ou empresas não qualificadas possam participar de licitações realizadas pela Administração Pública.

As atividades regulamentadas pela Lei n.º 5.194, de 24 de dezembro de 1966, e somente aquelas empresas ou profissionais que tem atribuições específicas podem ser contratadas, pois em qualquer licitação pública é exigida a apresentação de Acervo Técnico comprovando experiência anterior e nomeação de um responsável técnico com registro emitido pelo CREA — Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia.

Trata-se também de trabalhos técnicos para entrega futura, com prazos definidos e que só se iniciam depois da contratação. Diversos fatores subjetivos devem ser levados em consideração, tais como: inteligência, formação técnica e experiência.

Ao contrário de bens disponíveis no mercado que podem ser produzidos em larga escala, passam por um longo processo de elaboração e execução e que, por isso, não podem ser confundidos por "serviços comuns", haja vista a alta especialização exigida. Mesmo que haja repetições nos projetos ou construções, cada contrato é um serviço único que tem características próprias de localização, topografia, natureza do solo, recursos de infra-estrutura existentes, interação com o meio ambiente.

PARLAMENTAR

FI 29 F WAY-472/08